

As mudanças operadas em Portugal, a nível da opinião pública e, sobretudo, a nível governamental, em relação ao conflito angolano, devem ser vistas numa perspectiva diferenciada que respeita às mudanças de posição, às razões para tais mudanças e ao conteúdo dessas mudanças. Quanto a este último aspecto, parece não haver dúvidas. A posição do Governo de Cavaco Silva passou de uma rígida e asséptica atitude de considerar o Governo do MPLA como Governo do Estado angolano e, logo, como único interlocutor legítimo do Governo de Lisboa, para uma atitude, hoje pública e notória, de mediador equidistante entre o MPLA e a UNITA. Passou, também, implicitamente, de uma consideração da guerra civil angolana como um «assunto interno», para a admissão da internacionalização e da beligerância da UNITA; passou, finalmente, de uma posição de «realismo» que considerava como poucas ou nulas as oportunidades de Jonas Savimbi e da UNITA virem a forçar Luanda a um compromisso, para uma atitude igualmente «realista» que tanto admite tais possibilidades que acabou por dar aos guerrilheiros e seu chefe estatuto de equivalência moral e de igualdade política e diplomática com o MPLA. Estas transformações verificaram-se nos últimos dois anos, mais exactamente nos últimos dezoito meses, a partir de Gbadolite, embora Gbadolite não tivesse muito a ver com o resultado final. Com certeza que a ele não foram estranhos os próprios movimentos no terreno militar e a evolução político-diplomática geral. Mas, ao mesmo tempo, houve uma acção coordenada em Portugal, acção da UNITA, dos seus aliados e dos elementos portugueses seus simpatizantes, que levaram por diante uma estratégia que, pelo facto de ser discreta e talvez por isso mesmo, aparentemente descoordenada, não foi menos eficaz.

À partida, a questão apresentava sérias dificuldades.

A representação oficial da UNITA encontrava-se, em certo sentido, auto-isolada, com difíceis contactos quer com os meios de comunicação, quer com os sectores políticos. Por outro lado, tal isolamento levava a uma certa autovitimação, que era, também, encorajada localmente por alguns do seus simpatizantes. Na órbita destes — como o núcleo socialista próximo de João Soares e o CDS —, quer por razões partidárias, quer pessoais, o antigovernamentalismo activo era também comum, e, naturalmente, estimulado pela atitude do Governo português acima referida. A ideia «de que nós somos os vossos únicos e verdadeiros amigos, estais isolados e lutamos contra uma enorme conjugação de meios», era desenvolvida. Por outro lado, no núcleo dos simpatizantes da UNITA no seio do PSD, contavam-se elementos como os deputados Pacheco Pereira e Mário Santos. E, a nível das bases, os quadros médios do partido no poder, tal era também a tendência dominante. Igualmente, nos sectores activos de apoio à UNITA, aparecem personalidades da direita independente, onde há também uma preocupação de guerra ao MPLA e a tudo o que ele, historicamente, representa. Estes círculos, por

sua vez, abriram o caminho à UNITA no meio militar, religioso e de negócios.

Estes elementos acabaram por congregar-se no Fórum Português para a Paz e Democracia em Angola, uma organização «frentista» de personalidades, cujo peso será mais a «influência» e «poder indirecto» dos seus membros que propriamente a sua acção como organização. Esta curiosa coligação, abrangendo desde elementos do PS e da UGT, até personalidades bem à direita do CDS, actuará como uma organização de cúpula e dará o nome a certas iniciativas, embora se possa pensar que o alcance real da sua acção foi mais através da acção pessoal e corporativa dos seus elementos — cada um no seu «meio» político e social — que propriamente em sede própria.

As motivações e perfil ideológico eram também diversas; iam desde elementos com um passado de nostalgia do Império, até anticolonialistas da primeira hora; sindicalistas da UGT e militantes do CDS; socialistas feministas e empresários do antigamente. O que acabou por resultar foi que o núcleo ou «lobby» conseguiu ser suficientemente flexível para esconder ou atenuar pontos de conflito e fazer convergir, na sua acção a favor da UNITA, *as vantagens da diferença*, deixando que o resultado global passasse à frente de quaisquer acções de vedetismo ou de protagonismo pessoal.

1989: ponto da situação

A consideração da situação dava como condições de fundo estruturais favoráveis, as seguintes:

1. A opinião pública portuguesa era, em princípio, hostil ao Governo de Luanda, olhado como uma *marionette* da União Soviética, culpado do êxodo dos portugueses, corrupto e incompetente, mantendo-se no poder unicamente graças à guarda pretoriana cubana.
2. A imagem de Savimbi e da UNITA, como inimigos deste Governo, lutando no interior do país eram, em princípio, simpáticas e positivas para os Portugueses.
3. A evolução internacional, com os principais aliados do MPLA — Cuba e a União Soviética — em declínio e o principal aliado da UNITA — Estados Unidos — a poder continuar a ajudá-la, era francamente adversa para Luanda. Mas era necessário que isto se tornasse claro, também para o Governo de Lisboa.
4. A situação militar no terreno também acabaria por ser favorável à UNITA, que tinha a iniciativa por toda a parte. Mas a percepção era de que, a nível do Governo português, não havia um acompanhamento regular da situação no terreno.

Contra este panorama «positivo» e de evolução favorável, havia que considerar os seguintes pontos:

1. O facto de ser o Governo constituído em Luanda, dava ao MPLA a vantagem de *poder outorgar benefícios e criar uma rede de*

interesses que lhe era favorável em Portugal. Os elevados saldos, para Portugal, do comércio com Angola, também forneciam ao Governo português razão de sobra para, em nome do «interesse nacional», ter uma postura de relações político-diplomáticas exclusivas com o MPLA.

2. Por outro lado, o MPLA concentrara os seus esforços numa progressiva descolagem do *PCP em Portugal* e numa aproximação aos *sectores de negócios, procurando também dar de si próprio e dos seus quadros. uma imagem, mais aceitável, como elementos pragmáticos, realistas. abertos à reforma económica e à aproximação com o Ocidente.* Quer a UNITA, quer o MPLA, compreenderam que Portugal, como único país europeu, com liberdade de imprensa (e de língua portuguesa) onde havia um substancial interesse pelas coisas de Angola, era o ponto ideal para funcionar como reflector, para o resto do mundo, quer dos seus pontos de vista quer da evolução do conflito. Quer dizer, na impossibilidade de ter correspondentes na Jamba e em Luanda para recolher informação sobre o terreno, os *media* europeus e norte-americanos poderiam e deveriam fazê-lo em Lisboa, como local onde se encontrava a informação certa em qualidade e quantidade. Do mesmo modo, os elementos mais influentes e evoluídos do próprio grupo dirigente de Luanda, buscavam aqui informação e esclarecimento. O fenómeno do *África Confidencial*, sem dúvida a publicação mais rigorosa em matéria de informação sobre Angola e do seu êxito nos meios da «nomenklatura» do MPLA, era um exemplo de tal.

Uma nova estratégia

Tudo indica que a estratégia da UNITA para Portugal tinha, em 1988, como principais objectivos:

1. Conseguir, em termos de informação pública, uma cobertura maior e mais equilibrada das questões angolanas, sobretudo a nível dos *media* de grande expressão controlados pelo Estado (Televisão) que, até então, se limitavam a cobrir a perspectiva de Luanda.
2. Utilizar as potencialidades de apoio de que desfrutava na população, especialmente nos sectores de centro-direita e direita e eleitores do PSD, para influenciar o Governo no sentido de recentrar as suas posições.
3. Ganhar estatuto político-diplomático de beligerância e igualdade de tratamento com o MPLA, em termos não só dos *media* e opinião, como do Estado português.
4. Levar o Governo de Lisboa não só a abandonar o que a UNITA entendia como uma postura pró-MPLA, com base nas relações «de Estado a Estado», como influenciá-lo no sentido de urna maior participação na «paz e reconciliação nacional» em Angola, utilizando o factor «ex-poder colonial» quer para efeitos internacionais, quer até para efeitos internos.
5. E também a partir de então que a análise da situação interna portuguesa passa a ser feita pela UNITA e seus aliados na base de um realismo mais desapassionado. O que foi uma das mudanças decisivas.

Talvez, afinal, os responsáveis do Governo e do Ministério dos Negócios Estrangeiros não tivessem nenhuma afinidade ou simpatia natural pelo MPLA-PT, um dos partidos marxistas-leninistas mais rígidos do mundo. A posição assumida baseava-se, assim, numa avaliação da situação que dava a causa do MPLA-PT como mais *forte* no *presente* e no médio e *longo prazo*. Esta posição assentava, por sua vez, numa leitura dos acontecimentos na África Austral, que tinha alguma percepção maquiavélica, na boa tradição do MNE.

Os Estados Unidos não mantêm nunca, a longo prazo, as suas alianças. O apoio a Savimbi foi, sobretudo, o resultado do anticomunismo activo da Administração Reagan e do interesse em expulsar os cubanos de Angola. Com Bush no poder e com os cubanos de saída, Washington vai deixar cair Savimbi e entender-se com Luanda.

Também os sul-africanos têm uma política essencialmente oportunista em relação a Angola. Savimbi foi o menino bonito dos generais da SADF (South African Defense Force) mas, com a evolução política interna na África do Sul, não só os militares vão perder influência, como a pressão dos sectores reformistas, em política exterior, será para uma aproximação com Luanda que será feita à custa da UNITA.

Sem o apoio militar directo dos sul-africanos, a UNITA não poderá aguentar o peso convencional das FAPLA. A independência da Namíbia cortará as comunicações com o mundo exterior, isolando a UNITA. E uma questão de tempo.

A ideia tradicional de alguns simpatizantes da UNITA mais maniqueístas era que, *por convergência* antinatural, existia uma *profunda simpatia e aliança entre o Governo português e o MPLA*. A *leitura alternativa foi que o Governo português não era nem deixava de ser pró-MPLA nem pró-UNITA*. Não tendo meios autónomos de influenciar a situação, limitava-se a uma política de *extrema prudência, por vezes inapropriada, mas procurando acautelar o futuro, jogar pelo seguro e não fazer uma aposta errada*. Por isso, em vez de uma hostilidade frontal e uma postura crítica ideológica, haveria que, tanto quanto possível, encaminhar a questão por modo a que o Estado português fizesse uma *reavaliação da situação*, não só em termos de evolução diplomático-internacional, como no próprio terreno. Também se tornava bem claro que a política de pressão directa sobre o Governo não resultaria. Quer dizer, não adiantaria ameaçar o Governo de Lisboa, nem o Primeiro-Ministro, cuja psicologia era de reacção pela negativa. E a UNITA, contando no leque dos seus simpatizantes portugueses, elementos de todas as forças políticas, desde os socialistas soaristas, à direita, não devia, de modo algum, mostrar preferência ou privilegiar nenhuma instituição, grupo ou partido.

Por outro lado, nesta mesma perspectiva, salientava-se que havia um leque de factores importantes que, adequadamente utilizados (inadequadamente poderiam ter *efeitos perversos*), seriam positivos:

1. A aliança norte-americana e a influência de Washington junto de Lisboa. Não de modo impositivo, mas de modo amigável, o factor atlântico e de cooperação luso-americana para a paz podia ser utilizado no sentido de os EUA, aliados da UNITA, influenciarem Lisboa, aliada dos Estados Unidos no sentido de maior abertura a Savimbi.

2. A posição do Presidente da República, que se sabia ter uma perspectiva mais aberta em relação à UNITA e uma diferente avaliação das suas possibilidades e capacidades futuras. Era também um trunfo delicado, mas a ser utilizado e maneado com cautela.

3. Pensava-se pôr em funcionamento as estruturas profissionais de avaliação do Estado português — nomeadamente os serviços de informação e a própria burocracia dos Negócios Estrangeiros. Isto é, em vez de propaganda, a UNITA devia estimular a ideia da vinda de observadores independentes do Estado português para contactos *in loco*. Por outro lado, se a estrutura informativa prevalecesse sobre a metafísica dos cenários, o resultado seria, finalmente, conseguido.

Todos estes factores iriam brevemente ser postos à prova com a visita de Savimbi a Portugal, ponto de que a UNITA e os seus simpatizantes portugueses tinham feito cavalo de batalha e que o MPLA reconhecera ao exercer as mais exacerbadas pressões para que esta não se realizasse. A primeira tentativa para trazer Savimbi a Portugal fora feita pelo método do ataque frontal, no Verão de 1988. A pressão em Portugal partira dos sectores do PS, CDS e PSD, hostis ao Governo, o pedido fora apresentado em Washington, as manobras de aproximação indirecta tinham sido preteridas ou esquecidas. Luanda empenhou a fundo os seus esforços, ameaçando com retaliações comerciais e diplomáticas. Nas Necessidades era a época áurea da «condenação a prazo» da UNITA, que dependia, só e apenas da eleição norte-americana; e de saber se Bush ia ou não apoiar Savimbi; e a tudo isto os «staffers» de serviço respondiam que as *chances* dos guerrilheiros eram poucas e tenderiam a curto prazo a ser menos.

Neste quadro aconteceu Gbadolite, que veio lançar um forte surto de dúvidas. E no Verão de 1989, por iniciativa do Primeiro-Ministro, uma equipa do serviço de informações militares deslocou-se à Jamba; e a RTP vai aí também para entrevistar Savimbi. E também a ocasião em que se abrem circuitos de comunicação pessoais e informais entre S. Bento, as Necessidades e a Jamba que, no futuro, farão passar informação de interesse mútuo e também funcionarão para reparar mal-entendidos, ou aclarar pontos equívocos.

A visita de Savimbi

É neste quadro que volta a colocar-se a questão da vinda de Jonas Savimbi a Portugal, no Outono de 1989. Como as eleições autárquicas serão em Dezembro, o Governo faz saber à UNITA que gostaria que a visita não se verificasse em período pré-eleitoral, para não ter

aproveitamentos internos. Do lado da UNITA reconhece-se também que uma visita em período pré-eleitoral tem também inconvenientes, pois irá diminuir a expectativa e o interesse pela própria visita o que, compreensivelmente, não serve a ninguém. Dentro de uma aceitação tácita de que vai ser assim, a visita será para depois das eleições mas, no meio termo, um membro do Governo português encontrar-se-á com Jonas Savimbi. Será o Ministro dos Negócios Estrangeiros, João de Deus Pinheiro, e o encontro decorrerá em Paris, no Hotel de Crillon, na noite de segunda para terça-feira. 17-18 de Setembro. Savimbi estava no Intercontinental, a umas centenas de metros. O encontro é franco, cordato, muito aberto. João de Deus Pinheiro sublinha que não está ali a título pessoal, mas representando o Governo português, incluindo, fez questão de sublinhar, o secretário de Estado Durão Barroso. A ideia é que há uma só política nas Necessidades. Estava dado o primeiro passo. A visita de Savimbi a Portugal ia constituir o teste ou a prova de força. no braço de ferro entre Luanda e a Jamba em termos de batalha pela opinião pública. Savimbi já recebera ao tempo garantias de continuidade de apoio, à UNITA, quer por parte dos Estados Unidos — apoio militar — quer por parte do Presidente sul-africano, F. de Klerk — apoio político-diplomático. Fora recebido pelo secretário do Foreign Office, John Major. Em termos político-diplomáticos, a batalha de Portugal era importante, até porque o MPLA a tornara importante, ao delinear uma estratégia firme de bloqueio dessa visita.

Na preparação da visita, os estrategas da UNITA tinham equacionado três pontos.

Uma vez conseguido o visto, a visita pode ter várias versões, consoante a importância dada ao visitante pelos poderes do Estado e pela «sociedade civil» portuguesa.

1. Poderia ser visita de «amigos» e conhecidos: o núcleo de amigos tradicionais da UNITA — da direita, do CDS, dos socialistas (João Soares). alguns deputados do PSD, Alberto João Jardim e a Madeira, o Norte, com os refugiados de Angola e os empresários simpatizantes.
2. Poderia ser uma visita intermédia: ter a recepção de todos os indicados, mais a do Presidente Soares; por membros do Governo, membros do PSD, na Assembleia da República.
3. Conseguir o acima estabelecido, mais a audiência com Cavaco Silva, Primeiro-Ministro, ainda que na «qualidade de Presidente do PSD». Esta era a vitória e medida do sucesso pleno, o que seria considerado o êxito total. Apesar do debate apaixonado destas matérias, a análise mais ponderada de dados, que já então estavam disponíveis, indicava que na linha de actuação já explicitada, fora pedido ao Presidente Bush que, no encontro com Cavaco Silva em Washington levantasse a questão da visita de Savimbi, interessando-se no sentido de Cavaco Silva receber pessoalmente Jonas Savimbi. Bush assim fizera e a receptividade de Cavaco Silva foi positiva.

Por outro lado, funcionavam continuamente canais oficiosos e discretos entre o Gabinete do Primeiro-Ministro e Jonas Savimbi, que foram neutralizando os sucessivos equívocos e mal-entendidos, e facilitando a acção a nível oficial.

Aliás, desde o envio dos militares dos serviços de informação e das visitas de deputados do PSD à Jamba, que a visão do Chefe de Governo sobre a realidade angolana sofreram mudança. O melhor conhecimento da situação no terreno, a desmistificação em relação a certos aspectos da luta da UNITA levavam a um entendimento progressivo e distinto do fenómeno angolano.

Ao mesmo tempo que Savimbi preparava a visita a Lisboa, o MPLA desencadeava a ofensiva contra os bastiões da UNITA, no Sueste de Angola, nos finais de Dezembro. Para além dos seus objectivos estratégicos, apontados para Mavinga e para a Jamba, o tempo da ofensiva «ataque final» tinha a ver com a visita de Savimbi a Portugal, que se esperava perturbar. Na verdade, dada a posição carismática do líder da UNITA dizia-se que, uma vez desencadeada a ofensiva e aproximando-se dos seus bastiões, ele não poderia sair, em caso nenhum.

Se tudo estivesse a correr mal, não poderia sair, porque um líder não abandona os seus homens e o seu povo nos maus momentos. Se tudo estivesse a correr bem, também não abandonaria, pois era ali necessário para fazer o aproveitamento da vitória.

Se as coisas estivessem indecisas, Savimbi seria o factor para as fazer mudar, para melhor ou para pior.

Tornava-se, pois, difícil fazer a viagem programada inicialmente — nove dias, com pernoitas em Lisboa, Coimbra, Porto e Funchal. Aliás, uma primeira data de chegada, 13 de Janeiro, foi adiada sobre a hora, pois a pressão das FAPLA sobre o Lomba era muito forte. No comunicado de adiamento foi sublinhado que, a curto prazo, no dia 27, seria a data da chegada de Savimbi a Portugal.

Como o problema se pusesse novamente, foi estabelecido que uma vez adiada, não poderia repetir-se o adiamento. Que um novo adiamento significaria o descrédito definitivo da iniciativa.

Neste meio termo, quer o «Fórum», quer a representação da UNITA foram desenvolvendo e preparando o terreno para a visita. Uma adequada acção de esclarecimento junto da imprensa fizera com que a UNITA, até há pouco olhada como um grupo de guerrilheiros simpáticos mas sem possibilidades reais de se aproximar do poder, passassem a ser olhados de modo diverso.

De qualquer modo, depois do primeiro adiamento, a marcação da segunda vinda não deixava nenhuma possibilidade de outro adiamento. No entretanto, com o dia 27 de Janeiro, sábado, marcado para a chegada de Savimbi a Portugal, a semana vê aumentar o encarniçamento das FAPLA contra Mavinga. Chega a pôr-se mesmo a hipótese de novo adiamento, mas a resposta do «lobby» é categórica:

novo adiamento será um fiasco total, ninguém mais acreditará na vinda.

Savimbi decide então jogar uma carta de risco: vir a Portugal exactamente no momento (*et pour cause*) que os seus inimigos lhe tornam a vida mais difícil em Angola. No dia 27 de Janeiro, quando chega a Lisboa, é também o dia em que um grupo tático das FAPLA passa o rio Lomba e avança sobre Mavinga.

A visita fora, entretanto, articulada. Dado importante: Savimbi exprimira a sua vontade de se reconciliar e de resolver positivamente de uma vez por todas, o desaguisado com Durão Barroso. E que gostaria de o encontrar. Sondado, Durão Barroso mostra a sua disponibilidade e vontade de superar o problema, desde que o Primeiro-Ministro assim o entenda. Perguntam-se, de parte a parte, quem são os membros do Governo — e do PSD — que estão presentes no encontro que o Presidente da UNITA terá com dirigentes do PSD. Entretanto, o factor Soares é também importante. Apesar de muita especulação, sabe-se que o Presidente da República não vai abrir um conflito com o Governo por causa de Savimbi. Isto quer dizer que o Dr. Mário Soares discutirá com o Primeiro-Ministro Cavaco Silva a visita de Savimbi a Portugal, que lhe manifestará a sua vontade de o receber, mas que deixará bem claro que não o fará, nem à sucapa, nem contra a vontade do Governo. Esta decisão, que pode parecer estranha aos mais emotivos simpatizantes da UNITA, está entretanto encaminhada.

Na véspera da chegada de Jonas Savimbi, o Ministro dos Negócios Estrangeiros almoça com um amigo de Savimbi que lhe pergunta se Cavaco Silva recebia ou não o líder da UNITA. João de Deus Pinheiro confessa que não sabe ainda, que pensa que a decisão já foi tomada *in pectore*, que pensa que é favorável, mas que qualquer indiscrição ou especulação informativa podem comprometê-la. Nesse mesmo dia, entretanto, Durão Barroso dá uma entrevista à revista *Sábado*, em que recentra as suas posições no caso angolano.

Sábado à tarde, dia 27, por volta das 5 horas, chega a comunicação do Gabinete do Prof. Cavaco Silva. A audiência a Savimbi na sede do PSD seria no dia seguinte, às 4 da tarde. O Presidente do PSD receberá o Presidente da UNITA. Savimbi, que entretanto fora para Belém, para a audiência com Mário Soares, tem conhecimento antes de que o ponto principal da sua viagem estava conseguido, antes da entrevista em directo na RTP, no *Jornal de Sábado*, às 20 horas.

Assim, entre sábado, 27 de Janeiro e terça-feira, 30 de Janeiro, Jonas Savimbi, que pouco tempo antes não conseguira um visto para vir a Portugal, foi recebido pelo Presidente da República, pelo Primeiro-Ministro. pelas direcções dos partidos políticos (excluindo o PCP) , pelas principais confederações empresariais e centrais sindicais, pelo Cardeal Patriarca de Lisboa.

Numa rápida visita, coincidindo com os momentos mais difíceis da situação em volta de Mavinga, quando foi necessário desactivar a própria

pista de aviação e passar a usar a alternativa do Likua para reabastecimento — o líder da UNITA tinha conseguido, na sua guerra diplomática, vencer a questão, também simbólica, do reconhecimento do antigo poder colonial: recebera-o, em pleno, das instituições, dos políticos, das forças económicas e sociais, dos meios de comunicação. Depois do Papa, nenhuma visita de Estado mereceu tanta atenção. Uma atenção de um modo geral positiva, receptiva para os pontos de vista da UNITA. Era uma vitória em toda a linha.

Logo que terminou a visita, entrava-se, entretanto, numa nova batalha que também teria Portugal por cenário principal: a batalha pela posse de Mavinga. Paralelamente à luta no terreno, a sua posse tornava-se um elemento simbólico importantíssimo. As FAPLA e o próprio Governo e Presidente angolanos, asseguravam, desde 2 de Fevereiro, a queda de Mavinga. A UNITA e seus apoiantes sustentavam que não.

Através de uma desinformação relativamente sofisticada, mas que viria a pagar caro.

O «lobby» mediático do MPLA lançou a ideia da queda de Mavinga. Paralelamente, quer em Luanda, quer em Lisboa, era espalhada como certeza, a nível dos mais altos postos do Governo e da Administração, convencendo de tal alguns dos seus homólogos portugueses.

A importância central desta operação «Ultimo Assalto» vinha de ela significar uma concordância política global das várias correntes do MPLA, como «solução final» do problema UNITA. Sem a intervenção directa dos sul-africanos, a UNITA não sobreviveria, era o entendimento global de Luanda. E, uma vez destruído o «núcleo duro» do esforço convencional dos guerrilheiros, o MPLA poderia solucionar o problema nos seus próprios termos, isto é, não haveria lugar para negociações paritárias.

A distância, é já possível pensar que, nesta questão de Mavinga — e da factualidade da sua conquista pelas FAPLA —, a autodesinformação atingiu o próprio vértice do Estado angolano. Uma avaliação optimista cometida na frente e passada como facto consumado aos dirigentes políticos que a terão anunciado, temerariamente, como tal.

No acompanhamento deste período, Portugal voltou a ser importante em termos de convergência e de reflector de informação sobre a situação local. A capacidade de, nos sectores próximos da UNITA, manter uma linha de acesso à informação sobre a situação no terreno, que funcionou em termos de objectividade e descrição da realidade e serviu como ponto de referência e correcção de outras versões, foi também essencial. As múltiplas versões triunfalistas para o MPLA chegaram a circular em Lisboa, quer nos meios mediáticos e políticos, quer mesmo na comunidade de informações. O facto de haver em Luanda, ao mais alto nível, elementos também «desinformados» sobre a realidade da situação na frente, contribuiu decisivamente para tal desinformação e para desacreditar, subseqüentemente, os seus agentes e vítimas.

Por outro lado, na sequência da visita de Savimbi e a abertura portuguesa à UNITA, Portugal e o Governo português ficaram numa situação

particularmente favorável em relação às partes em conflito em Angola. A política tradicional de exclusivo relacionamento com o Governo de Luanda levava o MPLA a considerar-se como contando com a «amizade especial» de Lisboa. A consciência de dispor de um forte apoio, em termos políticos, populares e de opinião pública em Portugal, levava a UNITA a considerar o país como um lugar que, desde então, lhe era favorável. A direcção do movimento de resistência armada, considerara Lisboa como um dos pontos onde, chegada a altura, se poderia travar o diálogo directo com o MPLA.

Neste sentido, quando verificado o fracasso da ofensiva contra Mavinga, a cúpula do MPLA, pressionada por russos e americanos para as negociações e assustada com o avanço da UNITA nas imediações de Luanda, põe o problema de aceitar as conversações com a UNITA, Portugal vai surgir como uma possibilidade. E isto porque, à proposta dos superpoderes sobre encontros dois mais dois (UNITA + EUA *versus* MPLA + URSS), em Genebra, os dirigentes de Luanda respondem com suspeição já que pensam que, no contexto da *perestroika* e das necessidades de Moscovo, em relação a Washington, tal relação de força pode ser negativa. E pode ser negativa porque, tendo os americanos (irmãos maiores da UNITA) a iniciativa e a hegemonia, nada garante ao MPLA que os seus irmãos soviéticos não os irão «vender», alienar ou trocar nessa negociação. A natureza profundamente desconfiada do MPLA em relação aos soviéticos em mudança é reforçada por teorias da conspiração e maquiavelismo dos grandes poderes deste mundo.

Assim, sob pressão externa, o MPLA e a UNITA vão encontrar-se sob os auspícios da mediação de Portugal (nos princípios, para salvaguardar as susceptibilidades de Mobutu, designado como «facilitador») em Évora, em fins de Abril de 1990. Não tinha passado um ano sobre Gbadolite e menos de seis meses sobre a admissão de concessão de visto a Savimbi. Era o que se podia chamar andar depressa atrás do tempo perdido.